

Ventos de Santo
Artur Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações financeiras	3
Balço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A
Maracanaú – CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de um contrato de longo prazo, firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita da Companhia advém integralmente desse contrato de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;– Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e– Análise, para uma amostra de vendas registradas no período de corte, das respectivas documentações-suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle da energia fornecida, com os relatórios de receitas geradas e fornecidas pela Companhia e pelo órgão regulador, durante o exercício de 2021 e comparamos o montante total com os valores registrados. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 28 de abril de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 11 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.287	3.528.961	Fornecedores		4.907.565	3.594.831
Aplicações financeiras	5	18.824.809	-	Dividendos a pagar	10	445.783	-
Contas a receber de clientes	7	2.421.352	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	23.853.034	51.894.834
Impostos a recuperar		366.711	12.882	Partes relacionadas - fornecedores	15	2.345.669	196.126
Estoques		13.564	-	Obrigações fiscais		1.272.263	1.154.092
Adiantamento fornecedor		945.309	75.850	Obrigações trabalhistas		284.882	39.352
Outros créditos		6.935	3.912	Outras contas a pagar		50.880	20.304
Partes relacionadas - outros créditos	15	4.952.363	3.269.689	Obrigações com arrendamentos		-	32.895
Despesas antecipadas	7	206.930	37.733				
Total do Ativo Circulante		27.799.260	6.929.027	Total do Passivo Circulante		33.160.076	56.932.434
Aplicações financeiras vinculadas	5	13.440.209	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	191.566.357	-
Despesas antecipadas	7	847.769	311.285	Total do Passivo Não circulante		191.566.357	-
Realizável a longo prazo		14.287.978	311.285	Patrimônio líquido	10		
Imobilizado	8	249.840.241	89.970.128	Capital social		66.091.000	46.675.800
Intangível		629.110	546.608	Reserva legal		401.806	-
		250.469.351	90.516.736	Reserva de lucros a distribuir		1.337.350	-
Total do Ativo Não Circulante		264.757.329	90.828.021	Lucros ou (prejuízos) acumulados		-	(5.851.186)
				Total do Patrimônio líquido		67.830.156	40.824.614
Total do Ativo		292.556.589	97.757.048	Total do Passivo		224.726.433	56.932.434
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		292.556.589	97.757.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Artur Energias Renovaveis S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	11	42.705.829	-
Custos operacionais	12	<u>(8.131.247)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		34.574.582	-
Despesas gerais ou administrativas	13	(2.538.380)	(2.859.239)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	-	<u>(390.478)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das (despesas) e receitas financeiras líquidas e tributos		31.645.724	(2.859.239)
Receitas financeiras	14	739.030	2.031
Despesas financeiras	14	<u>(22.688.630)</u>	<u>(35.603)</u>
Despesas e receitas financeiras líquidas	-	(21.949.600)	(33.572)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		9.696.124	(2.892.811)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	<u>(1.659.999)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>8.036.125</u>	<u>(2.892.811)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Artur Energias Renovaveis S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>8.036.125</u>	<u>(2.892.811)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado abrangente total	<u>8.036.125</u>	<u>(2.892.811)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	28.627.742	(4.160.272)	-	-	(2.958.375)	21.509.095
Capital subscrito	21.372.330	(21.372.330)	-	-	-	-
Capital integralizado	-	22.208.330	-	-	-	22.208.330
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.892.811)	(2.892.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000.072	(3.324.272)	-	-	(5.851.186)	40.824.614
Saldos em 01 de janeiro de 2021	50.000.072	(3.324.272)	-	-	(5.851.186)	40.824.614
Capital subscrito	16.090.928	(16.090.928)	-	-	-	-
Capital integralizado	-	19.415.200	-	-	-	19.415.200
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.036.125	8.036.125
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	401.806	-	(401.806)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(445.783)	(445.783)
Reserva de lucros a distribuir	-	-	-	1.337.350	(1.337.350)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	66.091.000	-	401.806	1.337.350	-	67.830.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		8.036.125	(2.892.811)
Ajustes para:			
Depreciação imobilizado	8	4.769.775	159.910
Amortização intangível		3.466	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	13.377.266	-
Juros sobre debentures	9	2.364.742	-
Juros sobre arrendamentos		-	5.407
Rendimento de aplicação	14	695.203	-
Resultado da baixa de intangível		22.770	-
Resultado da baixa de imobilizado	8	60.363	-
		29.329.710	(2.727.494)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(2.421.352)	-
Impostos a recuperar		(353.829)	(12.307)
Estoques		(13.564)	-
Adiantamentos a fornecedores		(869.459)	(75.631)
Despesas antecipadas		(705.681)	(331.814)
Outros créditos		(3.023)	(3.872)
Partes relacionadas - outros créditos		(1.682.674)	-
Fornecedores		1.312.734	2.910.686
Partes relacionadas - fornecedores		2.149.543	-
Obrigações trabalhistas		245.530	39.352
Obrigações fiscais		118.171	1.135.948
Outras contas a pagar		30.576	20.304
Obrigações com arrendamentos		(32.895)	-
Juros pagos		(1.583.165)	(507.437)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		25.520.622	447.735
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(32.960.221)	-
Aquisição de imobilizado	8	(164.700.251)	(67.960.501)
Aquisição de intangível		(108.738)	(356.783)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(197.769.210)	(68.317.284)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital		19.415.200	22.170.330
Partes relacionadas		-	(2.904.258)
Obrigações com arrendamento		-	(60.544)
Captações de empréstimos e financiamentos	9	307.000.000	52.000.000
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	9	(156.994.833)	-
Custo de captação	9	(639.453)	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		168.780.914	71.205.528
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3.467.674)	3.335.979
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.528.961	192.982
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		61.287	3.528.961
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3.467.674)	3.335.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 229 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 23 de janeiro de 2018.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 17, de 09 de janeiro de 2019 do Ministério de Minas e Energia (MME). O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.648 de 06 de junho de 2019. De acordo com o despacho nº 1.823 de 18 de junho de 2021, iniciou operação comercial a partir de 19 de junho de 2021 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Martina 09; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Martina 09; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato..

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas, adicionalmente a Companhia iniciou suas operações pós período pandêmico. Também não houve impacto no cronograma de implantação.

A Companhia adotou rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais,

adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

Capital Circulante líquido:

Como em 2020 o Capital circulante líquido foi negativo em R\$ 50.003.407, destacamos que em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 5.360.816.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas Demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas Demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim

do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia considerando o regime de tributação atual. Na data-base das Demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos os valores não são conhecidos.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 9, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	18.824.809	Varição do CDI	18.824.809	18.852.668	18.858.239
Efeito no resultado	504.227		504.227	532.086	537.658
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	13.440.209	Rendimentos em FI	13.440.209	13.463.985	13.468.741
Efeito no resultado	190.976		190.976	214.752	219.507
Saldo de empréstimos e financiamentos	(196.737.814)	IPCA	(196.737.814)	(198.420.005)	(198.756.443)
Efeito no resultado	(13.377.266)		(13.377.266)	(15.059.457)	(15.395.895)
Saldo de empréstimos e financiamentos (debêntures)	(18.681.577)	Varição do CDI	(18.681.577)	(18.812.229)	(18.838.359)
Efeito no resultado	(2.364.742)		(2.364.742)	(2.495.394)	(2.521.524)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	61.287	26.058
Aplicações financeiras	-	3.502.903
Total	<u>61.287</u>	<u>3.528.961</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas nos Bancos BTG Pactual S.A e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 103,5% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (a)	18.824.809	-
Aplicações financeiras vinculadas (b)	13.440.209	-
Total	<u>32.265.018</u>	-
Ativo circulante	18.824.809	-
Ativo não circulante	<u>13.440.209</u>	-

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas nos Bancos BTG Pactual S.A e ALFA e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 102,5% e 85% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco Citibank Brasil em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de abril de 2021, onde as liberações foram realizadas a partir de setembro de 2021. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 9,96% no ano de 2021.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia (a)	2.421.352	-
	<u>2.421.352</u>	<u>-</u>

- (c) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021, todo o saldo a receber está a vencer.

7 Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de empréstimos (a)	224.384	-
Prêmios de seguro a apropriar	830.315	340.773
Outros seguros a apropriar	-	8.245
	<u>1.054.699</u>	<u>349.018</u>
Ativo circulante	206.930	37.733
Ativo não circulante	847.769	311.285

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

8 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Torres anemométricas	10%	519.460	(116.905)	402.555	512.124
Veículos	20%	350.141	(131.868)	218.273	279.259
Móveis e utensílios	6,25%	214.377	(10.525)	203.852	4.249
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	13.367	(1.472)	11.895	-
Ferramentas	10%	104.945	(8.935)	96.010	-
Instalações	10%	60.646	(5.714)	54.932	-
Máquinas e Equipamentos	1,85% a 16,67%	224.663.316	(4.062.585)	220.600.731	-
Edificações	3,33% a 4%	28.762.605	(510.612)	28.251.993	-
Custos e tarifas de leilão	-	-	-	-	68.549
Licenciamento ambiental	-	-	-	-	1.559.864
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	46.307.400
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	41.201.488
Ativo de direito de uso de bens arrendados	-	-	-	-	37.195
Total	-	254.688.857	(4.848.616)	249.840.241	89.970.128

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2021
Torres anemométricas (i)	512.124	1.493	-	(54.123)	(56.939)	402.555
Veículos	279.259	8.347	-	-	(69.333)	218.273
Móveis e utensílios	4.249	209.827	-	-	(10.224)	203.852
Equipamentos de Processamento de Dados	-	13.367	-	-	(1.472)	11.895
Ferramentas	-	104.945	-	-	(8.935)	96.010
Instalações	-	60.646	-	-	(5.714)	54.932
Máquinas e Equipamentos	-	130.945	224.545.336	-	(4.075.550)	220.600.731
Edificações	-	-	28.762.605	-	(510.612)	28.251.993
Custos e tarifas de leilão	68.549	-	(68.549)	-	-	-
Licenciamento ambiental	1.559.864	-	(1.559.864)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	46.307.400	144.189.577	(190.496.977)	-	-	-
Imobilizado em andamento	41.201.488	19.981.063	(61.182.551)	-	-	-
Ativo de direito de uso	37.195	41	-	(6.240)	(30.996)	-
Total	89.970.128	164.700.251	-	(60.363)	(4.769.775)	249.840.241

	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	106.198	434.712	(28.786)	512.124
Veículos	-	341.794	(62.535)	279.259
Móveis e utensílios	-	4.550	(301)	4.249
Custos e tarifas de leilão	13.248	55.301	-	68.549
Licenciamento ambiental	230.625	1.329.239	-	1.559.864
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	20.340.668	25.966.732	-	46.307.400
Imobilizado em andamento	982.480	40.219.008	-	41.201.488
Ativo de direito de uso	94.047	11.436	(68.288)	37.195
Total	21.767.266	68.362.772	(159.910)	89.970.128

- (i) Referem-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso. A taxa de depreciação anual utilizada é de 10%.

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 26 de fevereiro de 2021, ocorreu a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A., no montante de até R\$ 134.000.000,00, conforme aditada em 18 de agosto de 2021, com vencimento em 30 de junho de 2022. As debêntures farão jus a remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada do DI, acrescida exponencialmente de um spread de 2,0% (dois por cento) ao ano, desde cada data de integralização das debêntures até a data de cada efetivo pagamento. As debêntures foram emitidas de forma privada, tendo como único subscritor o Mutatis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Escritura de Emissão não inclui cláusulas financeiras restritivas (covenants financeiros), e as demais obrigações (covenants não financeiros) definidas no documento são as usuais em operações de emissão de debêntures privadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão das debêntures.

Em 30 de abril de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Martina 09, no valor de R\$ 216.712.000,00 para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE, (ii) pela taxa de juros prefixada de 2,33 % (dois inteiros e trinta e três por cento) ao ano e (iii) pelo spread do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de 2,38% (dois inteiros e trinta e oito por cento) ao ano. O período total de pagamento é de 228 meses com carência de 32 meses. Os covenants do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de

financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estabelecidas no contrato.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	CCB	196.737.814	-
Debêntures	-	18.681.577	-
Banco Alfa de Investimento S.A	CCB	-	51.894.834
Total		<u>215.419.391</u>	<u>51.994.834</u>

b. Movimentação da conta

BNDES	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	<u>51.894.834</u>	<u>-</u>
Captações	184.000.000	52.000.000
Amortizações de principal	(51.894.833)	(507.437)
Juros incorridos	13.377.266	575.737
Custo de captação (a)	(639.453)	(173.466)
Saldo em 31 de dezembro	<u>196.737.814</u>	<u>51.894.834</u>
Circulante	5.171.457	51.894.834
Não Circulante	<u>191.566.357</u>	<u>-</u>
Debêntures	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	<u>-</u>	<u>-</u>
Captações	123.000.000	-
Amortizações de principal	(105.100.000)	-
Amortizações de juros	(1.583.165)	-
Juros incorridos	2.364.742	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>18.681.577</u>	<u>-</u>
Circulante	18.681.577	-
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) O custo de captação não teve efeito caixa durante o ano de 2021

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

BNDES	31/12/2021	
	Valor	%
Vencimento		
2023	10.293.885	5%
2024	10.293.885	5%
2025	10.293.885	5%
2026	10.293.885	5%
2027	10.293.885	5%
2028	10.293.885	5%
2029	10.293.885	5%
2030	10.293.885	5%
2031	10.293.885	5%
2032	10.293.885	5%
2033	10.293.885	5%
2034	10.293.885	5%
2035	10.293.885	5%
2036	10.293.885	5%
2037	10.293.885	5%
2038	10.293.885	5%
2039	10.293.885	5%
2040	10.293.885	5%
2041	6.276.427	3%
Total	191.566.357	100%

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 66.091.000 (R\$ 46.675.800 em 2020) e está representado por 66.091.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Acionistas				
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	51%	23.804.658
Mutatis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	29%	13.535.982
CDV Holding S.A	80%	52.872.800		
Ares 1 Participações S.A	20%	13.218.200	20%	9.335.160
Total	100%	66.091.000	100%	46.675.800

Em 2021, o acionista da Mutatis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia vendeu 100% da participação para Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Ainda em 2021, o acionista Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia vendeu 100% de sua participação para CDV Holding S.A.

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 03 de maio de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 16.090.928 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 3.825.728 com moeda funcional da companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 15.589.472 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Este valor para o exercício de 2021 é de R\$ 445.783.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal referente ao exercício de 2021 é de R\$ 401.806, não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2020.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 1.337.350. Não houve constituição em 31 de dezembro de 2020.

11 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	44.353.903	-
PIS	(289.384)	-
Cofins	(1.335.617)	-
ICMS	(23.073)	-
Total	42.705.829	-

12 Custos operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(655.884)	-
Energia comprada para revenda	(207.631)	-
Amortizações e depreciações	(4.629.775)	-
Outros custos	(106.394)	-
Serviços - pessoa jurídica	(1.455.533)	-
Gastos operacionais – geração energia	(455.314)	-
Seguros	(235.351)	-
Gastos com propriedades	(358.365)	-
Gastos com manutenção	(27.000)	-
Total	(8.131.247)	-

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Taxas e emolumentos	-	(138.743)
Serviços terceiros	(714.587)	(767.514)
Gastos diversos	-	(56.643)
Despesas com Imóveis	(72.620)	-
Despesas com escritório	(162.987)	-
Despesas com seguros	-	(76.130)
Despesas com pessoal	-	(105.010)
Despesas com viagens e diárias	(251.463)	(164.942)
Despesas com tributos	(42.810)	(16.573)
Despesas com cartório	-	(23.479)
Despesas com veículos	(209.796)	(18.840)
Compartilhamento de despesa (a)	(716.283)	(963.323)
Despesas com publicações	-	(36.450)
Doações, contribuições e subvenções	-	(51.333)
Legais, judiciais e publicações	(217.421)	-
Despesas com relações com o mercado	(3.479)	-
Locação de máquinas e equipamentos	-	(44.510)
Indenizações de servidão de passagem	-	(198.176)
Depreciação	(146.934)	(159.910)
Despesas com combustível	-	(37.663)
	<u>(2.538.380)</u>	<u>(2.859.239)</u>
Total		

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

14 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	695.203	1.113
Juros por inadimplência CCEE	43.827	-
Descontos obtidos	-	918
	<u>739.030</u>	<u>2.031</u>
Despesas financeiras		
Juros pagos	(28.354)	(48)
Comissões e outras despesas bancárias	(2.133.853)	(21.311)
Tarifas bancárias	(129.926)	(7.594)
Juros de arrendamentos	(819)	(5.407)
Juros com contratos de alugueres	(300)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.377.266)	-
Juros sobre debentures	(2.364.742)	-
IOF	(3.452.330)	(120)
Amortização custo de empréstimos	(1.197.705)	-
Multas	(3.335)	(1.123)
	<u>(22.688.630)</u>	<u>(35.603)</u>
Total	<u>(21.949.600)</u>	<u>(33.572)</u>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2020

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	3.269.689
Passivo	
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	196.126
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	963.323

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	4.952.363
Passivo	
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	2.345.670
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	716.283

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui despesas em regime de condomínio, conforme contrato com as demais empresas do complexo, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 05 de julho de 2018, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	61.287	61.287	3.528.961	3.528.961
Aplicações financeiras	32.265.018	32.265.018	-	-
Adiantamento a fornecedor	945.309	945.309	75.850	75.850
Contas a receber de clientes	2.421.352	2.421.352	-	-
Partes relacionadas (ativo)	4.952.363	4.952.363	3.269.689	3.269.689
Outras contas a receber	6.935	6.935	20.304	20.304
Fornecedores	(4.907.565)	(4.907.565)	(3.594.831)	(3.594.831)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(215.419.391)	(215.419.391)	(51.894.834)	(51.894.834)
Obrigações com arrendamentos	-	-	(32.895)	(32.895)
Partes relacionadas (passivo)	(2.345.669)	(2.345.669)	(196.126)	(196.126)
Outras contas a pagar	(50.880)	(50.880)	(20.304)	(20.304)
Total	<u>(182.071.241)</u>	<u>(182.071.241)</u>	<u>(48.844.186)</u>	<u>(48.844.186)</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS corrente	<u>1.659.999</u>	<u>-</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	44.353.903	-
Alíquota de presunção	8%	
Lucro presumido	3.548.312	-
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais (a)	<u>839.688</u>	-
Alíquota vigente	25%	-
Imposto de renda corrente	(1.097.000)	-
CSLL/alíquota de presunção	12%	
CSLL/alíquota de presunção	5.322.468	-
Outras receitas não operacionais (a)	<u>933.076</u>	-
Alíquota vigente	9%	-
Contribuição social corrente	(562.999)	-

Em 2020 a Companhia era optante pelo regime tributário do lucro presumido e apurou prejuízo. As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes do descritivo na nota 14.a.

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.